



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681059 - SP (2021/0224065-9)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : RICARDO MARTINS  
**ADVOGADO** : RICARDO MARTINS - SP217908  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO  
**PACIENTE** : VAGNER OLIVEIRA RODRIGUES (PRESO)

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VAGNER OLIVEIRA RODRIGUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (HC n. 5012404-41.2021.4.03.0000).

O paciente é réu em ação penal pela suposta prática dos delitos descritos nos arts. 288, 317, §1º, e 325, §1º, II, c/c o §2º, todos do Código Penal. O juízo de 1º grau decretou a prisão preventiva do paciente. A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem. A ordem foi denegada.

Sustenta o impetrante que não existem motivos concretos para que o paciente fique recolhido cautelarmente durante a investigação policial ou durante a instrução processual, tendo em vista que este é primário, de bons antecedentes, conta com trabalho e residência fixos e não oferece risco para a sociedade. Menciona que o paciente já teve decretada a quebra de seu sigilo bancário, fiscal e telefônico, e seu escritório profissional já foi alvo de busca e apreensão pela Polícia Federal. Salienta que, nos termos do art. 7º, V, da Lei n. 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil), é direito do advogado não ser recolhido preso antes de sentença transitada em julgado. Destaca, ainda, que, de acordo com as regras do Código de Processo Penal, a decretação da prisão preventiva só é cabível quando não for possível sua substituição por medidas cautelares diversas da prisão, o que não ocorreria no caso em tela. O paciente se dispõe a entregar seu passaporte.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva com ou sem imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente